

A SERRA MINHOTA

Com altitudes de 500-600 m até cerca de 1 500 m, as serras estendem-se em arco de círculo de Viana do Castelo até Baião, envolvendo as planícies e colinas do Noroeste português. Estas serras têm, portanto, uma posição territorial periférica em relação às áreas agrícolas e industrializadas da fachada litoral e dos vales do Sousa e Ave. Ao espaço peri-urbano, agrícola e/ou industrial, contrapõem-se as serras como áreas deprimidas de não-desenvolvimento. De facto, as suas estruturas sócio-económicas ainda são fortemente marcadas pelas heranças de um sistema espacial de exploração adaptado às condições do meio físico, sistema que se desmoronou a partir do fim do século passado.

I. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ACTUAL DA SERRA:

De uma maneira geral, o processo evolutivo reveste-se das características seguintes:

1. Nas primeiras décadas do século XX, a economia serrana é essencialmente pastoril, predominando o gado miúdo, cabras e ovelhas, em relação aos bovinos. A escala de cada aldeia ou lugar, a organização espacial da exploração articula-se sobre o meio físico serrano:

- extensos baldios desarborizados e pastoreados nas vertentes cobertas por uma vegetação escassa ou nas «chãs» ou lameiros com prados naturais(*).
- dentro dos limites dos baldios, exploração livre do mato (liteira do gado, estume, lenha e carvão) e parcelas temporariamente cultivadas.
- a jusante do baldio, pequena área de «sortes» de mato ou bosques de carvalhos roble e/ou negral, resultando da apropriação de terrenos baldios por alguns vizinhos.
- no sopé das vertentes e à volta das povoações, as parcelas de culturas em regime de propriedade privada.

Consoante os costumes nas diferentes áreas de montanha, a vida agro-pastoril das aldeias assenta numa organização mais ou menos «comunitária» - guarda do gado na serra, ajudas nos trabalhos do campo, etc.

Em todas as serras nortenhas, tal como no conjunto da montanha portuguesa, muitas aldeias encontram-se isoladas em relação à rede de infra-estruturas locais.

Também é necessário referir a permanência de fortes correntes migratórias sazonais e nacionais, e a emigração para o Brasil até à década de 1920.

2. A lei nacional de Povoamento Florestal de 1938 constitui um acontecimento de relevo neste processo evolutivo. Desde a criação dos Serviços Florestais no fim do século XIX, o Estado tentou fomentar a arborização dos «incultos» essencialmente localizados nos baldios serranos, mas sem grande sucesso até ao estabelecimento do Estado Novo. De facto, a lei autoritária de 1938, impondo a reflorestação, corresponde a uma apropriação estatal destes terrenos.

(*) Os baldios são ainda hoje «terrenos comunitários usados e fruidos» pelos habitantes - vizinhos - de uma ou várias freguesias, ou parte delas. Nessa altura, numerosos baldios encontravam-se sob a jurisdição administrativa do concelho, que os aforava aos moradores serranos. Segundo a Constituição da República actual, os baldios integram o sector público comunitário.

A resistência das comunidades locais à arborização e aos conflitos daí gerados, a que se juntaram dificuldades financeiras do Estado, explicam que este empenhamento se tenha concretizado sobretudo durante os anos 50 e 60.

O Reconhecimento efectuado em 1936 tinha inventariado amplas áreas de baldio nas serras a Norte do Tejo, que, para efeitos de arborização, foram organizados em Perímetros Florestais.

Distrito	Estimativa da área baldia (ha)	% de baldios/ superf. distrital
Viana	71 000 ha	38 %
Braga	34 500 »	12,6%
Porto	7 000 »	3 %

(Baldios submetidos ao regime florestal antes de 1936 incluídos)

3. Como resultado da emigração e do êxodo rural, a comparação dos recenseamentos de 1960 e 1981 acusa a diminuição da população serrana e um desequilíbrio acentuado da composição etária ou por sexo - população envelhecida e mulheres dominantes.

Parece difícil estabelecer uma relação directa e estreita entre emigração e/ou êxodo rural e arborização dos baldios, principalmente nas serras do Norte minhoto onde as correntes migratórias já eram significativas no início do século. No entanto, as transformações da vida social e económica em que emigração e arborização não são alheias, provocaram a desagregação dos sistemas de exploração serrana — forte diminuição dos efectivos caprinos e ovinos, reconstituição de formações vegetais arbustivas irregularmente exploradas.

4. A partir da década de 1970, depara-se uma nova fase da evolução que prossegue actualmente:

4.1. Política de preservação dos raros vestígios da flora e fauna serranas e do património cultural local. Em 1970, é criado o primeiro Parque em Portugal (Parque Nacional da Peneda-Gerês), seguido de outros projectos de parques ou reservas naturais em todo o país.

4.2. Vaga de incêndios que destroem grande parte da arborização realizada no âmbito da lei de 1938. Além de alguns fogos criminosos, convém salientar muitos outros derivados do descuido das populações locais ou de turistas, a que acresce a acumulação de material altamente inflamável no Verão, pelo abandono do corte de matos (na Serra da Arga, houve incêndios em 1972, 75, 80, 82 e 85). Em muitos baldios incendiados, assiste-se presentemente a um aumento dos efectivos de cabras, rentabilizadas pela procura crescente de carne de cabrito nos mercados urbanos e locais.

4.3. Devolução dos baldios ao «uso, fruição e administração» das respectivas comunidades locais em 1976. Os Serviços Florestais do Estado participam na gestão do património florestal, na condução técnica de todos os recursos e na arborização quando pedida pelos moradores.

Por outro lado, a Portucel E.P. (unidade fabril de Deocriste - Viana do Castelo) inicia a sua política de arrendamento de terrenos baldios para reflorestação, mas este procedimento é ilegalizado pelo Estado em 1983.

O problema da rentabilização dos baldios - arborização ou outra utilização - agudiza-se com as tensões que sempre existiram, mas que redobram entre vizinhos (fracasso da Comissões de baldios dos compartes e projecto de administração pelas próprias Juntas de Freguesia).

4.4. Expansão da construção civil relacionada com os investimentos dos emigrantes. Ao mesmo tempo, o melhoramento das infra-estruturas viárias vem acabar com o isolamento de numerosas aldeias e incentivar esta mesma expansão.

Dos múltiplos aspectos referidos na fase mais recente, ressaltam orientações antagónicas que se prendem essencialmente com a interferência de decisões mais ou menos legítimas a vários níveis de escala espacial.

II. ESPAÇO SERRANO E DESENVOLVIMENTO:

Tendo em conta o conceito vigente sobre desenvolvimento regional e local a nível do poder central, considera-se a serra minhota e também todas as serras portuguesas, como um espaço sócio-económico «atrasado», marcado pelo despovoamento. A agricultura, por ser pouco rentável e com baixa produtividade, não é subsidiada pelo Estado. A modernização da serra passaria portanto por actividades rentabilizadoras das potencialidades locais, embora subordinadas a duas das principais linhas de desenvolvimento definido a nível nacional:

- a floresta e o seu projecto mais recente, Projecto de Acção Florestal (PAF), que prevê prioritariamente a reflorestação dos «incultos» e «terras agrícolas marginais» (cerca de 2 milhões de hectares no país). Daí a implantação de uma floresta de produção nas serras, constituída sobretudo por espécies de resinosas.

- o fomento do turismo, do litoral para o interior do país, onde o turismo «verde» e/ou cultural poderiam atrair investimentos para as áreas serranas.

Privilegiando exclusivamente estas actividades, a serra funcionaria assim como «arredores» dos grandes centros do litoral, passando a maior parte da gestão do espaço e dos seus rendimentos para mãos estranhas à população local.

Para além desta noção de desenvolvimento aparecem outras orientações mais adaptadas à situação real da serra. Afinal, a serra portuguesa ainda possui um potencial demográfico e sócio-cultural relativamente elevado se o confrontarmos com o que subsiste em outras serras da Europa Ocidental, potencial que se pode articular com a evolução das sociedades urbanas.

1. Não se trata aqui de uma agricultura de subsistência, mas sobretudo de auto consumo para a população local. A maior parte dos rendimentos têm origem na emigração, a que acresce os diversos tipos de pensões ou reformas pagas pelo Estado. Mantém-se também, e em algumas áreas até aumenta, uma pastorícia vocacionada para a produção de carne ou queijos. Além do mais, a permanência de parcelas cultivadas contribui para limitar a propagação dos fogos florestais e assegurar a vigilância durante os meses críticos.

2. A arborização e a gestão projectada pelo Estado por intermédio da Direcção-Geral das Florestas têm agora mais em conta os rumos da evolução propriamente local. No futuro, tentar-se-ia harmonizar as potencialidades do espaço físico com as actividades especificamente serranas - ordenamento das áreas para arborização, pastagem, caça, preservação da flora, recreio, etc* A procura desta conciliação só pode beneficiar a reflorestação que, além das novas técnicas silvícolas e de prevenção contra o fogo (plantação de folhosas nas linhas de água, fogo controlado nos matos), nunca seria bem sucedida num espaço despovoado e mono-funcional.

De facto, a evolução da serra nas próximas décadas depende da escolha entre essas duas opções de desenvolvimento:

- uma privilegia a compartimentação rígida do espaço entre uma extensa floresta produtiva de resinosas, algumas matas «naturais» nas Reservas e o fomento turístico que, apostando num ilusório «retorno à natureza», tornar-se-ia especulativo a longo prazo;

- outra aponta para uma multifuncionalidade renovada por um ordenamento certamente mais demorado, mas que, apoiando-se no meio físico e social ainda existente, permitiria uma integração espacial sem subalternizar na mudança os grupos sociais locais.

(*) Refere-se, por exemplo, o ordenamento pluri-funcional e integrado num sector do Perímetro Florestal do Marão, fomentado pela Circunscrição Florestal do Porto - DGF.

266

(*) Refere-se, por exemplo, o ordenamento pluri-funcional e integrado num sector do Perímetro Florestal do Marão, fomentado pela Circunscrição Florestal do Porto - DGF.

266

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEVY-VARETA, N. - Grands projets de reboisement et enjeux sociaux locaux - Comunicação apresentada no Simposium International: La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation, Porto, 5-8 Maio 1987.
- DOMINGUES, A. Álvaro A. G. - Estrutura sócio-económica e mobilidade geográfica - Melgaço na segunda metade do séc. XIX, Rev. da Fac. Letras, Geografia, Porto, I Série, Vol.II, 1986, pp. 113-177.
- GIL, Adriano A. - Os baldios e a sua arborização, Est. e Inform., n.º 275, DGSFA, Lisboa, 1975.
- MEDEIROS, Isabel - Estruturas pastoris e povoamento na Serra da Peneda, Centro de Est. Geográf., Lisboa, 1984.
- MENDONÇA, João da C. - 75 anos de actividade na arborização das serras, DGSFA, Lisboa, 1961.
- MOREIRA, Rosa F. da Silva - A emigração e o futuro das aldeias da Serra Amarela, Dissertação complementar para doutoram., Ed. Autor, Porto, 1981.

Nicole Devy-Vareta